

Área de concentração: Direito Econômico, Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Tributário

A presente prova de conhecimentos específicos visa a evidenciar que o(a) candidato(a) estudou de forma crítica toda a bibliografia indicada. Por tal razão, solicita-se que as respostas se limitem ao conteúdo da bibliografia, abstendo-se de referências ou citações externas, que serão desconsideradas. Apresentam-se duas questões reflexivas, subdivididas em itens. Cada um destes deve ser respondido separadamente, recomendando-se que se empreguem de 10 a 15 linhas para a resposta.

Questão 1

Como outros ramos do Direito, o Direito Tributário por vezes também se vale de presunções e ficções. Contudo, a repartição constitucional de competências e determinadas regras e princípios constitucionais tributários bloqueiam que essas técnicas sejam empregadas em determinadas normas tributárias. A partir dessa ideia, solicita-se o exame dos seguintes itens:

- 1.1) Qual o conceito de presunção e ficção? Discuta criticamente as diferentes acepções dessas categorias jurídicas, com base na bibliografia indicada. (2,5 pontos);
- 1.2) Poderia o legislador tributário estabelecer uma hipótese de tributação de renda ficta? E o que dizer da tributação de renda presumida? Explique e justifique, a partir da bibliografia indicada, abordando os exemplos da tributação pelo lucro presumido e do emprego de margens fixas em métodos de controle de preços de transferência, considerando as diferentes perspectivas doutrinárias sobre o tema. (2,5 pontos)

Questão 2

O artigo 150, inciso II, da Constituição Federal de 1988 apresenta a seguinte redação: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”. Considerando-se a norma reconstruída a partir desse dispositivo e as demais normas reconstruídas a partir do texto constitucional, responda:

- 2.1) Com base na bibliografia indicada, defina o que é igualdade, e identifique e explique cada um de seus elementos, bem como a distinção entre normas com finalidade fiscal e extrafiscal. (2,5 pontos)
- 2.2) Com base na bibliografia indicada, explique qual é a relação entre igualdade e capacidade contributiva, apresentando de modo justificado qual é a natureza normativa (se regra, princípio ou outra categoria) e a eficácia (se positiva ou negativa) desta última. (2,5 pontos)

